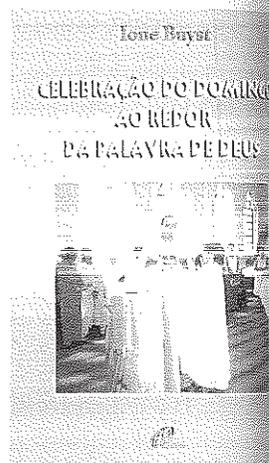
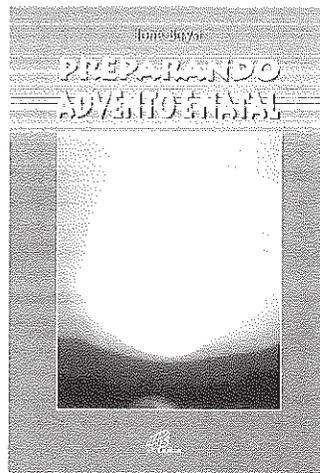
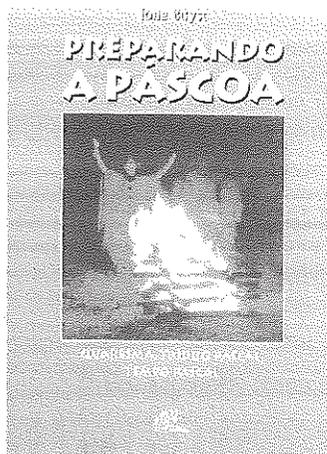


O POVO NA LITURGIA CELEBRAÇÕES DO DOMINGO E FESTAS

Essas são três obras nas quais Ione Buyst, membro co-fundadora da *Celebra*, Rede de Animação Litúrgica procura enfatizar o papel da participação popular nas celebrações litúrgicas. Natal, Páscoa, Pentecostes, tempo comum, festas de Maria e dos Santos são etapas da história da salvação que são celebradas no mistério eucarístico por meio do Ano Litúrgico.

0800 - 7010081

TELEMARKETING



VIOLÊNCIA E ÉTICA: ESBOÇO DE INTRODUÇÃO A SEUS DESAFIOS SOCIAIS

Pe. Dr. Márcio Fabri dos Anjos

O tema da violência tem chamado a atenção em nossos dias por diferentes motivos. Sem dúvida, alguns gestos do terrorismo mundial são responsáveis por esta emergência. O crescimento da violência e a conseqüente insegurança da população favorecem a retomada deste tema na reflexão ética. Percebe-se hoje, com mais evidência, que a própria situação global está marcada por incríveis expressões de uma violência que ameaça provocar um colapso no conjunto da vida social do planeta. Sabe-se que o arsenal de destruição armazenado atualmente no mundo é suficiente para destruir várias vezes a vida no globo terrestre.

Esta ameaça, que as formas atuais de violência representam, exige analisar melhor e repropor os caminhos da vida social antes que a insanidade fatal deste processo se complete. Neste breve estudo, colhemos, numa perspectiva teológica cristã, alguns pontos que nos parecem interessantes para situar a avaliação ética da violência e as alternativas de sua superação na sociedade.

CONCEITOS DE VIOLÊNCIA: ALGUMAS VARIAÇÕES

Parece fácil chegar a uma definição de violência. Sua etimologia latina sugere compreendê-la como “empregar força sobre” alguém ou alguma coi-

¹ Este texto se origina de conferência proferida em Semana Teológica sobre o tema da violência, e portanto se soma a outros enfoques desenvolvidos na ocasião.



sa². A partir daí, costumamos passar rapidamente para uma avaliação ética negativa, dizendo, por exemplo, que “violência é tudo o que fere ou esmaga a dignidade humana de qualquer pessoa”³. Ou mais sinteticamente como “toda força exercida à margem e fora do Direito”⁴. É compreensível selecionar o conceito de violência nesta direção, pois as formas de violência que mais nos interessam são aquelas que ferem a ética.

Desta forma, numa preocupação avaliativa, é preciso notar previamente que nem todo emprego de violência é contra a ética. Isto fica subentendido quando se ressalta a condição de que seu emprego esteja ferindo a dignidade humana ou o Direito das pessoas. A conotação ética da violência não decorre, portanto, do simples fato de ser “força imposta”, mas sim da verificação de se contrapor à dignidade e ao Direito. Se fôssemos dar nomes à violência, segundo sua conotação ética, seria necessário considerar, antes de tudo, os sujeitos humanos conforme os significados que conferem a suas ações nas quais se emprega o uso da força.

Tomando os sujeitos como ponto de partida, deparamo-nos com uma surpreendente verificação: a violência faz parte de nossa condição antropológica. Não é por acaso que nosso próprio nascimento se verifica através de um processo de *expulsão* do útero materno, e uma das primeiras expressões consideradas até sadias da vida extra-uterina é o choro. O processo transformador agressivo pode ser identificado, a partir daí, no sistema de alimentação e nas múltiplas relações que os sujeitos devem manter com seus semelhantes e com o meio ambiente para crescer e sobreviver. O emprego da força “varia desde a pressão psicológica até dar morte a um semelhante. Cabe então a pergunta se existe alguma ação humana onde a violência não esteja presente”⁵.

² Sua origem parece ser de “vi inferre”, onde o infinitivo do verbo *inferre* tem a forma irregular de *illatum*.

³ CNBB. *Fraternidade sim, violência não*: Texto base da Campanha da Fraternidade de 1983, n. 4. São Paulo: Paulinas, 1983.

⁴ CNBB. *Exigências cristãs de uma ordem política*. (Documentos da CNBB, 10). São Paulo: Paulinas, 1977, n. 17.

⁵ VIERA GALLO, J.A. La violencia se ha hecho sistema. *Mensaje*, n. 174, p. 571.

Esta condição dialética de vida se torna exatamente o grande contexto antropológico em que se colocam as questões éticas sobre o justo emprego da força diante dos semelhantes, dos animais e do meio ambiente em geral. E abre a necessidade de se distinguirem diversas formas de violência e os diferentes lugares em que nela se situam os sujeitos humanos.

Entre tais distinções, algumas são particularmente importantes e merecem aqui ser ressaltadas. Enquanto consideramos os sujeitos, parece fundamental distinguir entre *agressores* e *vítimas*; e a partir daí violências de raiz e violências derivadas. Neste sentido há tempo ressaltava a CNBB que “agredido pela violência, o povo ao mesmo tempo sofre na própria carne as consequências da injustiça, resiste com persistência e busca sobreviver”⁶.

Considerando as formas de violência na sociedade, é preciso lembrar que são explícitas ou implícitas. Nestas, insere-se a ênfase dada pela teologia latino-americana às violências implícitas nas *estruturas* e *sistemas* sociais. É conhecido o texto enfático da Conferência de Medellín, que inspirado em pensamento do Papa Paulo VI⁷, diz que o cristão “não deixa de ver que a América Latina se acha, em muitas partes, em face de uma situação de injustiça que pode ser chamada de violência institucionalizada, quando por defeito das estruturas (...) *populações inteiras desprovidas do necessário, vivem numa dependência que lhes corta toda iniciativa e responsabilidade, e também toda a possibilidade de promoção cultural e de participação na vida social e política*”⁸.

Mas se levarmos em conta a consciência social dos sujeitos, é preciso também lembrar que as violências implícitas nem sempre são conscientes. Hoje a violência entra de tal forma nas culturas que a respiramos de diferentes

⁶ CNBB-Sul 1. *Fraternidade e Violência*. Assembléia Geral Ordinária (5-7/XI/1980). São Paulo: Paulinas, 1981, n.2.

⁷ Paulo VI. *Populorum Progressio* (Carta Encíclica), n. 30.

⁸ DOC. MEDELLÍN, *Conclusões da Conferência de Medellín - 1968*, 2. Paz, n. 16. São Paulo: Paulinas, 1998. Edição crítica, p. 68. O texto que grifamos são palavras do Papa Paulo VI anteriormente citadas.

formas. Uma de suas expressões mais malignas neste sentido é exatamente a pressão e o controle que se exercem sobre as consciências, impedindo a formação de uma consciência crítica, condicionando os sujeitos em sua capacidade de ver e de interpretar. Suprime-se toda originalidade e impõe-se uma monocultura, uma monolinguagem, onde a própria capacidade de perceber a violência é radicalmente tolhida. Mas existem outros inúmeros exemplos de violências inconscientes que atravessam as tecnologias e até mesmo os jogos que nos divertem; sistemas de distribuição étnica e sexual de trabalho e seus correspondentes critérios de pagamento. A listagem seria enorme na medida em que aguçarmos nossa capacidade em perceber.

PARÂMETROS ÉTICOS

O levantamento de critérios éticos para uma avaliação da violência se torna uma tarefa exigente diante da polimorfia com que a violência se introduz e se apresenta na vida humana social. Além disso, não estamos propriamente direcionados aqui para uma avaliação genérica da violência. Buscamos de fato neste momento vislumbrar os desafios sociais para se enfrentar as proporções ingentes com que a violência toma conta de nossa sociedade. Mas em que fundar uma proposta ou ponto de encontro em vista de uma percepção comum?

As diferentes teorias sobre sociedade, incluindo as correntes contratualistas, seriam um bom caminho de análise neste momento. O estudo a partir dos problemas, em vista de consensos na construção de um ethos mundial, seria outro caminho também pertinente⁹. Mas para ressaltar brevemente alguns aspectos de uma fundamentação cristã e sua contribuição nesta busca de ética social, começamos por lembrar a análise de René Girard sobre

⁹ Veja KÜNG, Hans. *Projeto de Ética Mundial: uma moral ecumênica em vista da sobrevivência humana*. São Paulo: Paulinas, 1992. BOFF, Leonardo. *Ethos mundial: um consenso mínimo entre os humanos*. Brasília: Letra Viva, 2000.

as raízes da violência. Este autor, que debateu anos atrás em um seminário com teólogos brasileiros¹⁰, identifica nas raízes da violência a sobreposição dos objetos sobre as pessoas, negando a reciprocidade que existe entre elas. Este processo, que o autor chama de “desejo mimético”, torna o conflito contagiante, engendra a rivalidade e nega a reciprocidade entre as pessoas.

A colocação dos objetos acima das pessoas é o ponto sobre o qual a reflexão bíblica vem insistindo como raiz da violência, desde o sangue de Abel derramado por Caim. A reflexão latino-americana tem desenvolvido abundantemente este aspecto, seja pela acusação das diferentes expressões desta sobreposição, seja pela proposta da alteridade e reciprocidade, como a chave para se desencadear um processo inverso à violência. Entre as muitas contribuições nesta linha, que nos dispensamos de citar por serem suficientemente conhecidas, podemos ressaltar apenas a obra de E. Dussel, que faz uma leitura teológica da crítica de K. Marx à fetichização como processo de violência, exploração e morte dos semelhantes. O autor vê na crítica marxista sobre o capital um processo inverso ao da kenose cristã (Fl 2,5-11), onde o dinheiro, sendo instrumento, se coloca no lugar de Deus para reger as relações humanas¹¹.

Esta linha de reflexão parece importante ao se pensar nos desafios sociais para superação da violência. Pois fica evidente que a proposta teológica cristã evoca a necessidade de uma espiritualidade de fundo para se superarem as diferentes formas de violência. Mesmo que não haja um consenso na sociedade, sequer teórico, em termos de se assumir a reciprocidade como fonte inequívoca para os relacionamentos humanos, parece ficar cada vez mais evidente que sem uma mística de referência, a humanidade não consegue alcançar as raízes da violência e por isto mesmo se torna impotente em tecer propostas eficazes para sua humanização.

¹⁰ ASSMANN, Hugo (Org.) *René Girard com teólogos da libertação: um diálogo sobre ídolos e sacrifícios*. Petrópolis: Vozes, 1991. p. 50-51.

¹¹ DUSSEL, Enrique. *Las metáforas teológicas de Marx*. Estella (Espanha): Verbo Divino, 1993.

ENFRENTAMENTOS REALISTAS DA VIOLÊNCIA

Um velho ditado latino dizia “similia cum similibus curandum”. Numa tradução mais literal se diria que “coisas semelhantes devem ser tratadas com coisas semelhantes”. Em termos de violência, dir-se-ia que a solução se dá em “devolver na mesma moeda”. Jesus mesmo verifica esta lógica presente na sociedade ao dizer que “quem lança mão da espada, acaba morrendo pela espada” (cf. Mt 26,52). Mas sua proposta é certamente outra. Ele chega ao máximo da mansidão, conforme se lê no sermão da montanha, anunciando que não se resista diante do malvado¹². Assim, a tradição cristã não endossou o revide. Mas por outro lado também não cultivou um pacifismo que paralisasse qualquer ação diante da violência.

Tradicionalmente, os teólogos levantaram, desde a teologia clássica, algumas condições sob as quais o uso da força se justificaria eticamente no enfrentamento da violência. Em diálogo com as formulações do direito, especialmente romano, construiu-se um conjunto de normas que pudessem pautar o procedimento ético cristão em meio aos conflitos. Entre as principais condições se exigia que tal emprego da força se desse em um contexto de necessidade urgente em defender direitos fundamentais do indivíduo ou do grupo social; para qual defesa não restasse outro recurso senão o emprego da força, configurando, portanto, uma ação defensiva; e de cuja ação defensiva não redunde um mal maior, devendo, portanto, a ‘violência defensiva’ ser moderada segundo a razão do bem das pessoas implicadas numa visão de conjunto¹³.

Estas considerações se aplicavam mais detalhadamente em situações concretas como a guerra justa, a revolução armada justificável, a pena de

¹² “Não resistais ao homem mau; antes, àquele que te fere na face direita, oferece-lhe também a esquerda; e àquele que quer pleitear contigo, para tomar-te a túnica, deixa-lhe também a veste; e se alguém te obriga a andar uma milha, caminha com ele duas.” (Mt 5,39-41).

¹³ Veja AQUINATIS, THOMAS. *Summa Theologica* 2.2.Qu. 64, a. 7.

morte, o matar em legítima defesa, a derrubada de um tirano¹⁴. Chegaram até nós as argumentações, junto com alguns princípios, que aplicados teoricamente abrem lugar para a impressão de que a Igreja seja a favor de métodos violentos, especialmente no caso da pena de morte¹⁵.

Mas muitas coisas mudaram no contexto que envolve tais situações específicas. A sociedade se tornou muito mais ampla e complexa. Percebe-se, com mais clareza, que a violência se estabelece através de estruturas e sistemas; e desloca a identificação do agressor para grupos onde sua representação já não é mais um indivíduo (“o tirano ou ditador”) mas um conjunto de regras, procedimentos com seus símbolos correspondentes. Os atentados do conhecido “11 de setembro de 2001” se tornaram um exemplo antológico para evidenciar este novo conceito. Trazem correspondentemente à baila uma nova leitura ética dos terrorismos, das guerras e de todos os conflitos de modo geral.

Convicções atuais da Igreja enfatizam, hoje, a violência implicada nas próprias características da cultura hegemônica em que vivemos, podendo, sob vários aspectos chamá-la de “cultura de morte”¹⁶. Para os cristãos, sua forma de viver em uma cultura violenta não pode reproduzir simplesmente a violência, pois dela assim participaria e a ajudaria a crescer. A Conferência de Medellín já considerou que “o cristão é pacífico e não se envergonha disso. Não é simplesmente pacifista, porque é capaz de lutar. Mas prefere a paz à guerra”. Reconhece que há uma “tentação da violência”, e que há “revoluções nascidas do desespero”¹⁷, mas é na busca da justiça que constrói uma paz

¹⁴ AERTNYS, J.; DAMEN, C. *Theologia Moralis*. v. I. Tractatus V. Marietti. 16. ed, 1950. p.457-488.

¹⁵ Veja CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA; cf. também CONCLUSÕES DE MEDÉLLÍN, o.c., cap.2, *A Paz*, n.19.

¹⁶ J.PAULO II. *Evangelium Vitae* (Encíclica 25 de março de 1995). São Paulo: Paulinas, 1995.

¹⁷ A expressão, citada por Medellín, é de Paulo VI. *Alocução na Missa do Dia do Desenvolvimento*. Bogotá, 23 de agosto de 1968.

consistente¹⁸. Também a Conferência de Puebla recusa o emprego do terrorismo e da guerrilha como meio para a justiça¹⁹. O Papa J. Paulo II, desde a década de '80, já dizia que “a violência não é caminho de solução para nada”²⁰ e que hoje já não se aplica mais o conceito de “guerra justa”.

De fato, não se negam os princípios do direito à defesa, mas hoje se considera que a espiral da violência ganhou tamanhas proporções que estamos sempre por um fio em desencadear um processo incontrolável e fatal de violência. A autodefesa deve ser repensada até mesmo em âmbito de relações interpessoais. O porte de arma legal passa por uma revisão diante do aumento estatístico de mortes em tentativas de autodefesa armada. Passando para o âmbito internacional, vemos como o armamentismo já não é solução que possa garantir a paz fundada na intimidação. Torna-se ao contrário uma ameaça crescente de destruição do planeta a ser desencadeada por uma gota d'água na insanidade global.

O enfrentamento ético da violência tem assim o desafio de fundamentar valores sociais capazes de cultivar a paz assentada sobre a justiça e a dignidade humana. Em termos religiosos, diríamos necessitar de uma espiritualidade ou mística social capaz de promover a paz. A busca de consensos sociais constitui o esforço de definição de tais valores. Mas o enfrentamento ético da violência se vê também diante da tarefa de administrar relações conflitivas em que os grupos não se encontram de forma alguma em um mínimo de valores que garantam a convivência. Os princípios implícitos nas normas da legítima defesa exigem hoje mais do que nunca uma análise do conjunto para avaliar adequadamente o que fazer na superação da violência.

¹⁸ CONCLUSÕES DE MEDELLÍN, o.c., cap.2, *A Paz*, nn.16-19.

¹⁹ Doc. PUEBLA nn.531-532.

²⁰ J.Paulo II, Discurso em Toledo (Espanha) 4-11-1982.

AGRESSÕES GLOBAIS E TAREFAS ÉTICAS SOCIAIS

A construção de valores comuns para fundamentar a paz com dignidade sugere uma percepção mais detalhada dos principais pontos de laceração das relações sociais, identificando, desta forma, onde estariam grandes áreas de reorganização ética. Alguns esforços são conhecidos neste sentido, especialmente quando se realçam o campo das relações humanas e o das relações ambientais, onde se desenha o desafio ético da violência em termos ecológicos²¹. Colocando a questão em três direções, alguns autores distinguem ainda as perguntas éticas em vista do futuro e das novas gerações²².

Abrindo para quatro grandes áreas, o Grupo de Lisboa analisava a incapacidade do sistema econômico baseado na competição em tecer relações construtivas para a humanidade: “Uma das grandes fraquezas da competitividade advém do fato de ser claramente incapaz de reconciliar a justiça social, eficiência econômica, preservação ambiental, democracia política e diversidade cultural, no mundo em que vivemos. Fica claro que temos que procurar uma alternativa mais eficiente, mais efetiva e mais segura”²³. Com isto, este grupo de cientistas do social enfatizou a urgente necessidade de quatro *contratos sociais*, a saber a) o contrato em torno da superação de necessidades básicas que atingem as relações humanas, removendo as desigualdades; b) o contrato cultural, estipulando regras de tolerância e diálogo entre as culturas; c) o contrato democrático, a caminho da governação global; d) o contrato do planeta terra, gerando desenvolvimento sustentado²⁴.

²¹ KÜNG, H. *Uma ética global para a política e a economia mundiais*. Petrópolis: Vozes, 1999; BOFF, L. *Saber cuidar. Ética do humano - compaixão pela terra*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

²² LACROIX, M. *Por uma moral planetária*. Contra o humanicídio. São Paulo: Paulinas, 1996.

²³ GRUPO DE LISBOA. *Limites à competição*. Mem Martins (Portugal): Europa-América, 1994. p. 156.

²⁴ *Ibidem*, pp. 182-206.

Estes quatro enfoques certamente não são os únicos possíveis, mas ajudam bastante no rastreamento da fenomenologia da violência e das tarefas éticas que daí se abrem. Seria impossível mencionar aqui os números da violência, mesmo que fôssemos nos ater apenas aos dados mais importantes; pois seriam tantos os aspectos a considerar. Mas algumas menções ajudam a tornar mais viva a figura que toma a violência em nossos dias.

Do ponto de vista das *carências básicas e desigualdades*, já em 1999, o relatório do PNUD²⁵ mencionava que 32% da humanidade sobrevivem com menos de R\$ 1,50 por dia, enquanto o forte da riqueza está nas mãos de poucos. A degradação social que acompanha as carências básicas se repassa em inúmeras formas de violência, desestruturando as famílias, impedindo a educação, a saúde física e mental, expondo as pessoas a serem vítimas de exploração aberta ou a se venderem e prostituírem para sobreviver. Mas vale salientar aqui como a carência acaba sendo fator gerador da delinqüência. Em pesquisa sobre o perfil de seqüestradores, presos na cidade de São Paulo, verificou-se que 94% dos seqüestradores presos pertencem à classe D; apenas 6% à classe C²⁶. É suficientemente conhecido o caminho da delinqüência juvenil e adulta que tem raízes em múltiplas carências básicas da vida familiar e afetiva das pessoas.

No chamado *contrato cultural*, entre tantos aspectos da violência, seria importante notar o efeito residual de estruturas culturais que se mimetizam em nossos tempos perpetuando-se em novas formas de violência, em geral bastante escondidas, pois assimiladas pelas culturas. A discriminação étnica; o machismo e patriarcalismo; o colonialismo que toma novas formas no

neoliberalismo econômico. De reboque, vem a corrupção e a impunidade. No Brasil, há que se somar a isto a “herança do autoritarismo” que tem suas raízes também no colonialismo, mas que se reforçou pela ditadura militar²⁷. Acabamos acostumados com a violência estrutural e convivemos com o paradoxo de aspirar por métodos violentos para solucionar a violência.

Nas questões ligadas com a violência no campo político, evocando a necessidade de um *contrato democrático*, gostaríamos de ressaltar apenas três aspectos, todos aliás bem conhecidos, pelo que dispensamos indicações bibliográficas. No primeiro estão as diferentes formas político-econômicas de despojar da cidadania, em seus direitos e dignidade, os indivíduos, grupos étnicos e em seguida nações inteiras²⁸. A democracia se torna realmente frágil diante do poder e dos interesses econômicos. A violência da escravidão de antigamente foi substituída pela dependência política-econômica. As dívidas externas e internas dos chamados “países em desenvolvimento” são uma expressão contundente deste sistema. Além da truculência do esquema, as próprias regras dos empréstimos ficam ao sabor dos credores, pois até hoje não há critérios jurídicos que regem a ética dos contratos econômicos internacionais. Mas um segundo aspecto, naturalmente conexo com o anterior, e que merece atenção em termos de democracia, reside no controle da opinião pública, onde o jogo de cena da imagem vende a ilusão das decisões democráticas. E um terceiro consiste na organização nacional e internacional do crime organizado e particularmente do narcotráfico. No “troco-miúdo” da vida em favela, percebe-se claramente o quanto o narcotráfico condiciona a vida

²⁵ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Relatório de desenvolvimento humano 1999*. Disponível em www.undp.org.br/hdr/hdr1999.

²⁶ Jornal FOLHA DE SÃO PAULO, ano 82, n.26.723 (2 de junho de 2002), p. C1. Note-se que a estatística oferece o quadro geral apenas de seqüestradores presos sendo que nesta não constam membros das classes A e B. Estas classes certamente também abrigam grupos organizados de seqüestradores. Mas isto não invalida a contundência dos dados.

²⁷ PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Governo democrático, violência e (des)aplicação da lei”. In BEOZZO, J.O. (Org.). *Construir e celebrar a justiça e a paz em tempos de exclusão e violência*. São Paulo: Paulus, 2000. (Curso de Verão XIV). pp. 18-20.

²⁸ Veja DIMENSTEIN, G. *O cidadão de papel*. A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. 16 ed. São Paulo: Ática, 1999. LERNER, J. (coord.). *Cidadania Verso e Reverso*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1998; PANDOLFI, D.C.; CARVALHO, J.M.; CARNEIRO, L.P.; GRZYNSZPAN, M. (Orgs.). *Cidadania, justiça e violência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

das pessoas. Em termos internacionais, o volume de dinheiro movimentado por estas organizações indica o poder de influência e a capacidade de sofisticar o esquema de sua sustentação. É de se perguntar até que ponto os países tem força e/ou vontade para fazer frente a este poder. Sem pessimismo, pode-se dizer que sua tendência é crescer em tecnologia e organização.

E por fim, cumpre avivar também as expressões da violência que atingem o meio ambiente. Um recente relatório divulgado pela ONU²⁹ lança um alerta no sentido de que “cerca de 70% da superfície do globo poderá ser afetada pelo impacto de mineração, estradas e cidades em 2032 se a humanidade não tomar providências urgentes”³⁰. A mesma fonte indica que nesta última década a cobertura florestal do planeta já diminuiu 2,4%, uma área correspondente ao tamanho da Bolívia; e que 40% da humanidade já estão sofrendo de escassez de água para o consumo e a agricultura. Os alertas em torno da emissão de gases e poluentes têm sido igualmente feitos, mostrando os efeitos maléficos, entre outros, sobre a camada de ozônio. Sintomaticamente o protocolo de Kyoto encontra objeções exatamente em países como os Estados Unidos, maiores responsáveis pelo dano ecológico.

Diante de um quadro assim, apenas sugerido, já se pode perceber o alcance das tarefas sociais em um enfrentamento ético da violência no mundo. Não incluímos aqui a consideração dos esforços e iniciativas que a sociedade tem empregado na superação da violência e na construção da paz. Se isto não tivesse existido, não estaríamos escrevendo estas considerações, pois a violência já teria tomado conta inteiramente. É exatamente por estes meios que se respira a esperança. Por isto mesmo não gostaríamos de concluir estes apontamentos sem trazer uma rápida consideração sobre a contribuição da Igreja neste momento de enfrentamento da espiral da violência no mundo.

²⁹ PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), Relatório 2002. Os dados estão disponíveis em "www.unep.org/GEO/geo3/index.htm".

³⁰ ANGELO, C. Terra vive encruzilhada ecológica, diz ONU, FOLHA DE SÃO PAULO, São Paulo, 23 mai. 2002. ano 82, n. 26713, p. A16.

SEGUINDO A CRISTO NUMA SOCIEDADE VIOLENTA

À guisa de conclusão auto-implicativa, tomamos apenas três aspectos que podem se aplicar às posturas da Igreja diante da violência. Partimos, neste momento, de uma convicção: os cristãos não podem simplesmente assistir à violência sem nada fazer. A primeira tarefa emerge quase que espontaneamente da leitura bíblica do bom samaritano que cuida de quem caiu nas mãos dos ladrões. Esta solidariedade samaritana se torna hoje um testemunho indispensável porque se trata exatamente de alimentar antes de tudo a esperança e a confiança de que uma saída é possível e que existem alternativas para a vida em sociedade³¹. Aqui se abre um leque enorme de iniciativas, onde o principal consiste em oferecer às vítimas um alívio, uma possibilidade de recuperação pelo menos em algumas novas chances de vida. Este é um momento indispensável, pois não se pode esperar que se mudem as estruturas para que as pessoas sejam cuidadas.

Outro aspecto também é suficientemente conhecido: uma atitude assistencialista diante dos estragos da violência é não apenas insuficiente, mas também incoerente com uma consciência cristã criticamente perceptiva. Isto abre a necessidade de se chegar de forma analítica às raízes da violência com uma acusação profética e com propostas de transformações estruturais. Este passo vem hoje de certa forma contra a corrente do conservadorismo que pretende confinar a Igreja apenas dentro do espaço do sagrado, perdendo as conexões entre a fé e a realidade social. Estas conexões fazem parte, como se sabe, da grande tradição bíblica. Uma teologia que abandona esta percepção analítica e crítica das raízes da violência é muito conveniente para as formas estruturais estabelecidas de violência. Não se pode deixar que as críticas que se teceram sobre a Teologia da Libertação venham roubar este fermento capaz de contribuir para com a construção de uma “civilização da paz”.

³¹ LANCELOTTI, Júlio R. Construindo esperança em tempo de violência. In: BEOZZO, J.O. (Org.). *Construir e celebrar a justiça e a paz em tempos de exclusão e violência*. São Paulo: Paulus, 2000. (Curso de Verão XIV), p. 41-49.

É ainda necessário pensar e repensar a violência no interior da própria Igreja e das religiões. Primeiramente, rever os fundamentos de sua própria epistemologia teológica, depurando-a do sacrificalismo, da culpabilização, do pessimismo antropológico. Em seguida, olhar as simetrias e assimetrias das relações de poder dentro da Igreja. A tentação do abuso de poder dentro da Igreja vem da experiência das Igrejas apostólicas. “Entre vós não deverá ser assim”, disse Jesus (Mt 20,26). Aqui se abre um desafio de identificar as assimetrias e ter a coragem de corrigi-las nas formulações teológicas e no tecido das organizações eclesiais.

E por fim, é indispensável que as religiões assumam uma posição autocrítica quanto ao relacionamento que desenvolvem entre si³². As religiões sempre tiveram muito a ver com a violência. Fundamentalmente porque, como vimos, a violência entra de alguma forma em nossa condição antropológica. As grandes perguntas e as grandes respostas da humanidade sobre a violência são refletidas e sistematizadas pelas religiões em suas experiências de Deus. De um lado, cada uma enfrenta o desafio de descobrir a seu modo a face de Deus, misericordiosa e geradora de Paz. Um desafio nada fácil porque isto exige constantemente rever formulações e tradições. E por outro lado, juntas, defrontam-se com a coerente necessidade de renunciar à tentação da conquista e da agressão “em nome de Deus”; e de aceitar a vocação de se descobrirem e se aceitarem como filhos e filhas do mesmo Amor Maior que a todos gera para Vida. Este seria talvez o mais eficiente testemunho que as religiões poderiam oferecer ao mundo em termos de superação da violência.

Pe. Márcio Fabri dos Anjos é doutor em teologia moral.
Leciona na Pontifícia Faculdade de Teologia do Centro Universitário Assunção.

³² Veja a interessante obra de BINGUEMER, M.C. (org.). *Violência e Religião*. Cristianismo, Islamismo, Judaísmo. Três religiões em confronto e diálogo. São Paulo: Loyola, 2001 (296 pgs. contendo ampla bibliografia).

ENSINO QUE JORRA PAZ (Mq 4,1-5)

Dr. Matthias Grenzer

1. INTRODUÇÃO

Quais os fundamentos apropriados para sustentar uma paz verdadeira e duradoura? Penso na paz internacional, quer dizer, nas relações entre as diversas nações. Mas imagino também a paz nacional, isto é, a construção de uma sociedade sem desigualdades sociais, que garanta a seus cidadãos uma vida digna. Na realidade, paz externa e paz interna são duas realidades inseparáveis.

Proponho-me a explorar o livro do profeta Miquéias. Partindo do estudo literário-histórico, quero descrever, sobretudo, as perspectivas religioso-éticas contidas em Mq 4,1-5. Talvez essa tradição bíblica seja um dos textos mais conhecidos sobre a paz na Bíblia. Sua importância fica evidente quando comparada a Is 2,2-4, que, apesar de umas diferenças, apresenta a mesma visão¹.

A colaboração da tradição bíblica à discussão atual sobre a paz é intimamente ligada ao tema de *Israei*. Isso vale de um modo especial quando é estudado um texto do Antigo Testamento. Pensar na paz significa pensar em Israel, quer dizer, refletir sobre a situação político-econômica da sociedade do Antigo Israel e o relacionamento deste povo com as outras nações. Desse modo, não se promove uma reflexão de cunho mais filosófico sobre a paz em si, mas parte-se das necessidades práticas de um povo.

¹ Também as tradições em Is 60; Ag 2,1-9; Zc 8,20-22 revelam proximidade com Mq 4,1-5 e Is 2,2-4. Cf. KESSLER, Rainer. *Micha*. Freiburg: Herder, 2000 (2 ed.). (Herders Theologischer Kommentar zum Alten Testament).